

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA POR MEIO DE PRÁTICAS COMUNICATIVAS ALTERNATIVAS: LÉLIA GONZALEZ NO JORNAL “MULHERIO”¹

Pâmela Guimarães da Silva²

Resumo:

Este artigo analisa as possibilidades de emancipação política das mulheres negras, no começo da década de 1980, a partir da utilização de práticas comunicativas alternativas, nas quais elas tematizaram a própria condição. Para tanto, apresentamos uma análise de um recorte da atuação política da ativista mineira Lélia Gonzalez, sua coluna no jornal *Mulherio* (1981 - 1988). Nesse periódico ela era a única mulher negra a participar do conselho editorial e a assinar uma coluna. Como recurso metodológico, utilizamos a noção de discurso de Fairclough (1989) e concluímos que, ao se constituir sujeita política de palavra – tematizando às opressões interseccionadas que as mulheres negras sofrem –, Gonzalez promoveu um deslocamento nesse contexto para si e para os seus pares.

Palavras-chave: emancipação; jornal mulherio; Lélia Gonzalez; mulheres negras; subjetivação.

Abstract:

This article analyzes the possibilities of political emancipation of black women in the early 1980s through the use of alternative communicative practices, in which they thematized their own condition. Therefore, we present an analysis of a clipping of the political performance of the mining activist Lélia Gonzalez, her column in the newspaper *Mulherio* (1981 - 1988). In this newspaper, she was the only black woman to serve on the editorial board and to sign a column. As a methodological resource, we use Fairclough's (1989) notion of discourse and conclude that by becoming a subject of word politics – thematizing the intersected oppressions that black women suffer – Gonzalez promoted a displacement in this context for himself and his peers.

Keywords: emancipation; newspaper *Mulherio*; Lélia Gonzalez; black women; subjectivation.

Introdução

Para Rancière (2004), política é da ordem da experiência, ela cria formas dissensuais de “expressão e comunicação que inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novas cenas de enunciação coletiva” (RANCIÈRE *apud* MARQUES, 2014, p.12). Dessa forma, a política não seria a encarnação de um princípio, a lei ou o corpo de uma comunidade, mas emancipação – ou ainda, a desidentificação, que consiste na negação da identidade/papel socialmente imposta/o.

¹ Agradeço as valiosas contribuições das minhas orientadoras Ângela Marques (UFMG) e Regiane Garcêz (UFMG) ao meu percurso de doutoramento.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra pelo mesmo programa. Graduada em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Estácio Ensino Superior (2012). Email: pamelaguimaraes14@gmail.com

Nessa perspectiva, acreditamos que a articulação do conceito de política com a comunicação é produtiva visto que o processo de subjetivação política também pode ser entendido como o acesso e visibilidade à cena pública (ARENDETT, 1987). Isto é, tomamos a subjetivação como a capacidade de ingressar na ordem do discurso como interlocutor político e argumentativo sobre si e sobre as coisas da vida.

A partir desse entendimento central, este artigo faz um recorte da nossa tese de doutoramento, que busca analisar as possibilidades de emancipação política das mulheres negras – sujeitas acometidas por diversas opressões – ao tematizarem a própria condição em práticas comunicativas alternativas. Acreditamos que o movimento político de mulheres negras usava, e usa, meios comunicacionais para levar as suas discussões adiante e, assim, promover a “[...] reconfiguração de uma ordem sensível que classifica os sujeitos segundo a serventia, a visibilidade e a capacidade de ingressar na ordem do discurso” (CAL, 2013, p.25), ou seja, de existir.

Nosso recorte temporal é a década de 1980. Nosso objeto é a atuação da ativista mineira Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio* (1981 - 1988). Nesse veículo midiático de grande relevância para o movimento feminista nacional, Gonzalez era a única mulher negra a participar do conselho editorial e assinava a coluna *Negra* – composta por cinco artigos, publicados entre os anos de 1981 e 1982. Isto posto, guiamo-nos pelo seguinte questionamento: a partir da atuação da ativista Lélia Gonzalez, como as mulheres negras constroem sua (ou promovem a construção da) subjetivação e emancipação políticas ao tematizarem a própria condição em práticas comunicativas alternativas?

Lélia Gonzalez e o movimento de mulheres negras no Brasil

De partida, iremos contextualizar, ainda que brevemente, o percurso e as pautas das mulheres negras no Brasil para localizar historicamente a atuação de Lélia Gonzalez e evidenciarmos sua relevância para o Movimento de Mulheres Negras e para a história nacional. Pautados pela luta pela redemocratização, extinção das desigualdades sociais e a busca pela cidadania, o movimento feminista e o movimento negro ressurgem entre as décadas de 1970 e 1980. Nessa emergência dos movimentos sociais, as relações de gênero não estavam colocadas como problemas legítimos nas pautas do movimento negro. Assim como as questões raciais não eram pautadas pelo movimento feminista. Neste período, as

mulheres negras e suas demandas estavam, inicialmente, ilhadas entre as duas mobilizações.

Rosália Lemos (1997) cita uma fala da fundadora da organização Criola, Jurema Werneck, para ilustrar as diferenças primordiais em relação ao movimento feminista, ela diz: “tem o subemprego, as questões do trabalho, o direito à procriação que é diferente, porque se a mulher branca reivindica o direito de evitar filhos, a mulher negra reivindica o direito de tê-los, criá-los e vê-los vivos até a velhice” (WERNECK *apud* LEMOS 1997, p.125). Já em relação ao Movimento Negro, Gonzalez (1984) afirma que o principal descontentamento era em relação ao sexismo.

Embora tenha sido um momento de ruptura com ambos, o distanciamento do movimento feminista é notadamente muito maior. A nosso ver, esse deslocamento parece ter a ver com o cenário político e econômico da época, descrito por Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) no livro *Lugar de Negro*. Os autores, que narram a situação social do negro antes e durante a ditadura, mostram como esse momento histórico construiu uma divisão racial do espaço ao aumentar, durante o chamado “milagre econômico”, o êxodo rural, os trabalhos e as funções servis e temporárias os centros urbanos. Ou seja, parecemos que as pessoas negras, de forma geral, vivenciavam a raça e a classe de forma próxima.

Nesse cenário, o Movimento de Mulheres Negras (MMN) começa a emergir e surge a expressão “enegrecendo o feminismo”, uma crítica ao movimento feminista, sendo o mote do recém criado movimento de mulheres negras. Sobre isso, Sueli Carneiro (2003) afirma que

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p.1).

Dessa forma, as outras mulheres negras começam a se organizar coletivamente para pontuar que havia (e há) “diferentes formas da experiência de ser negro (vívda através do

gênero) e de ser mulher (vivida através da raça). Do ponto de vista da reflexão e da ação política uma não existe sem a outra” (BAIRROS, 1995, p. 461).

Em suas ponderações, esse corpo coletivo de mulheres negras ressalta que as especificidades das mulheres negras abrangem diversas camadas sociais e exercem efeitos substanciais na possibilidade de que essas mulheres sejam acometidas por uma série de problemas sociais, marginalização política, social e cultural e restrição no acesso à busca por direitos civis e políticos. Isso, por sua vez, acarreta a limitação do direito à palavra e sua capacidade de demanda política. Trata-se, portanto, de um círculo vicioso de não direitos, de silenciamento, de invisibilidade, de não participação igualitária na vida pública e de um não desenvolvimento das habilidades argumentativas (REGO; PINZANI, 2013).

É neste contexto que Lélia Gonzalez desponta como uma ativista negra brasileira que busca romper com essa divisão de lugares sociais. Em suas diversas obras, uma de suas principais pautas é a intersecção entre o racismo e o sexismo, a fim de mostrar como essas violências combinadas subalternizam as mulheres negras. Seus primeiros estudos publicados sobre o tema datam de 1984. Anos mais tarde, essa visão da sobreposição das opressões ficou internacionalmente conhecida como *interseccionalidade*, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. Portanto, embora seja uma figura pouco estudada, Lélia Gonzalez produziu conhecimento de extrema relevância para a sociedade e teve uma atuação de destaque nas décadas de rearticulação dos movimentos sociais brasileiros.

Conforme pesquisas desenvolvidas por Raquel Barreto (2005), Alex Ratts e Flávia Rios (2010), Lélia foi batizada Lélia de Almeida, em 1 de fevereiro de 1935, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e adotou o sobrenome Gonzalez quando se casou, em 1965, com Luiz Carlos Gonzalez, um espanhol que faleceu um ano depois. Foi a penúltima de 18 filhos. Seus pais foram Acácio Joaquim de Almeida, um ferroviário, e Urcinda Seraphina de Almeida, trabalhadora doméstica de origem indígena. Gonzalez se mudou para o Rio de Janeiro em 1942, com a ajuda de um dos irmãos, Jayme de Almeida, jogador de futebol.

Ainda segundo os pesquisadores, no Rio de Janeiro, ela atuou como professora no ensino médio e superior, após se graduar em História, Geografia e Filosofia, e fazer mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política. Além de sua atuação como professora, ela foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra Discriminação e o Racismo (MNUCDR), atualmente denominado Movimento Negro Unificado (MNU). Integrou a Assessoria Política do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras e ajudou a fundar o Grupo Nzinga, um coletivo de mulheres.

O seu destaque político institucional se deu em 1982, quando se candidatou à deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), elegendo-se como primeira suplente. Quatro anos depois, em 1986, fez uma nova tentativa, agora para deputada estadual pelo PDT e, novamente, se elegeu como suplente. A ativista e intelectual faleceu em 10 de julho de 1994, deixando um legado acadêmico, político e de militância que continuam contribuindo para pautar os problemas raciais e de gênero da sociedade brasileira.

Prática comunicativa alternativa como meio para a subjetivação e a emancipação políticas

Uma das características mais importantes de Lélia Gonzalez foi a sua constante busca por produzir conhecimento. Dentre as suas várias atuações, destaca-se a produção escrita e publicada, em sua maioria, de forma alternativa, categoria na qual se encaixa nosso objeto de análise, a coluna *Negra*, no jornal *Mulherio*. A proposta de adoção destes termos e conceitos – *prática comunicativa alternativa* – não é arbitrária, pretendemos nos alinhar às perspectivas teóricas e metodológicas que nos apresentam um modelo praxiológico da comunicação e que elaboram o processo comunicacional como um processo de interação, por meio do qual os sujeitos atribuem sentidos ao mundo (QUÉRÉ, 1991; FRANÇA, 2007). Assim, entendemos como *prática comunicativa* a ação interacional que cumpre “um papel de constituição e de organização dos sujeitos; da subjetividade e da intersubjetividade; da objetividade do mundo comum e partilhado” (FRANÇA, 2003, p. 4).

Dessa forma, não as reduzimos a um meio de comunicação ou a uma simples transferência de informação de um emissor para um destinatário, mas as consideramos como um processo dialógico e relacional. Interessa-nos esse olhar sobre o processo comunicacional, pois ele propõe que são nas práticas comunicativas que as coisas e os seres adquirem sua determinação (QUÉRÉ, 1991; FRANÇA, 2007). A adição do termo *alternativa* também tem uma proposta conceitual de localizar tal prática na *comunicação popular*. Essa, segundo Cicilia Peruzzo (2008, p.45), tem sua origem nos movimentos sociais populares das décadas da redemocratização do Brasil, em meados de 1970 e 1980, e se caracteriza como “um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Trata-se de uma ação de caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos

e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação” (2008, p.45). Ainda segundo a autora,

a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. (PERUZZO, 2008, p.45).

Portanto, o termo é empregado aqui como uma marcação da natureza (comunicacional), do tempo (histórico) e do objetivo (mobilizador) do objeto investigado.

Cabe destacar ainda que estamos falando de um processo comunicativo permeado por tensões e disputas pelo gerenciamento do que vai ser conhecido sobre si e sobre o outro, sobre os elementos da vida social e como esse conhecimento ocorrerá. Ou seja, uma disputa sobre o gerenciamento das (in)visibilidade de determinados sujeitos da sociedade. Nesse sentido, sendo o discurso uma prática social capaz de fortalecer ou alterar as bases hegemônicas, acreditamos que Lélia, em sua coluna, lutou para que cada uma das mulheres negras também pudessem se constituir em “seres de palavra” (RANCIÈRE, 2004, p. 29) na ordem do discurso, colocando em descrédito a ordem estabelecida que determina o lugar e o papel de cada um (RANCIÈRE, 1996).

Isto é, enfrentar os problemas sociais que incidem sobre as mulheres negras pressupunha uma transformação no cenário social. Em vez de vítimas, era preciso se apresentar como sujeitas que lutaram e lutam pela emancipação fazendo circular o sentido (RANCIÈRE, 2004) sobre si, por meio de suas *práticas comunicativas alternativas*, atuando ativamente no que resultaria na articulação e na rearticulação das estruturas sociais e políticas vigentes.

O ato de questionar essa divisão de papéis de tal estrutura, segundo Rancière (2004) já consiste em uma das dimensões da subjetivação política. Para o autor, a lógica da subjetivação política envolve três dimensões de tensionamento com o outro: 1) a negação de uma identidade fixada e imposta pelo outro, visto que tal identidade fixa é que nos fornece nomes e rótulos que servem para que sejamos adequados a apenas um espaço e a um tipo de trabalho; 2) a evidenciação do dano causado por outrem, essa é a dinâmica

instaura uma interação comunicativa; 3) o questionamento de uma suposta igualdade democrática (RANCIÈRE; 2004, p. 21).

A partir dessas três dimensões, que na verdade também se constituem como um processo, “a subjetivação produz um sujeito político que não era concebido pela configuração social” (VREESWIJK, 2008, p. 42) e revela o dano instituidor da política. Nesse sentido, o processo de subjetivação consente em “suspender essa pretensa harmonia que se esconde sob a igualdade, revelando suas contingências e permitindo a recriação das linguagens e códigos sensíveis que a sustentam” (MARQUES, 2010, p. 3).

Sobre o dano evidenciado no processo, ainda que não seja possível resolvê-lo por completo, certamente é possível remediá-lo por dispositivos de subjetivação “que o fazem consistir como relação modificável entre as partes, como modificação mesmo do terreno no qual o jogo é jogado” (RANCIÈRE, 1996, p. 51). Esse processo de remediação consiste na formação de sujeitos emancipados que conferem ao dano uma imagem, que criam suas formas e seus novos nomes a partir do questionamento de rótulos e classificações aprisionantes. Com base nisso, infere-se que o processo de “subjetivação política desfaz e refaz as relações entre os modos de fazer, ser e dizer que definem a organização do sensível da comunidade, que dizem de uma reconfiguração” (CAL, 2013, p.27) da ordem social.

O contexto das mulheres negras no Brasil é um caso em que, à época de Lélia Gonzalez, precisava ser revisto e reconstruído (e ainda precisa!) para permitir a subjetivação política das mulheres negras desarticulando a ordem social que as designava apenas para lugares de subalternidade. Isto posto, a análise da coluna *Negra*, no jornal *Mulherio*, se faz pertinente para a verificação de mudanças na cena política, posto que para Rancière esse processo se relaciona a momentos poéticos nos quais se formam “novas linguagens que permitem a redescrição da experiência comum, por meio de novas metáforas que, mais tarde, podem fazer parte do domínio das ferramentas linguísticas comuns e da racionalidade consensual” (RANCIÈRE *apud* MARQUES, 2010, p. 2). Nosso objetivo, dessa forma, é entender como Lélia Gonzalez se apresenta como um sujeito político ao tomar a palavra.

A coluna *Negra* no jornal *Mulherio*

Lançado em 1981, por um grupo de estudiosas das causas feministas da Fundação Carlos Chagas (FCC), o jornal *Mulherio* foi, segundo Cardoso (2004), o periódico feminista com a maior duração: 42 edições publicadas entre 1981 e 1988. O nome do jornal é explicado em sua primeira edição, trata-se de uma tentativa de ressignificar o termo *Mulherio*, que até então era relacionado à histeria. Na referida edição, o significado é anunciado nas seguintes palavras: “Mulherio, por sua vez, nada mais é do que ‘as mulheres’, ou ‘uma grande porção de mulheres’. É o que somos, é o que este jornal será” (MULHERIO, 1981, p. 1).

Figura 1. Capa da primeira edição do jornal *Mulherio*



Fonte: Fundação Carlos Chagas, 1981

O “*Mulherio* teve como pautas assuntos políticos como a mobilização ‘pelas diretas já’, as eleições de 1982 e as discussões acerca da Constituinte” (TAMIÃO, 2009, p. 36), além de discutir a democracia doméstica, a situação da mulher no mercado de trabalho, a sexualidade e o aborto. Essa diversidade de temas se deve ao momento político social vivenciado no país, mas também à composição do conselho editorial.

Segundo o site da Fundação Carlos Chagas, o periódico teve três fases: a primeira foi com Fúlvia Rosemberg, pesquisadora responsável pelo projeto, e Adélia Borges,

jornalista e editora. Na segunda fase, em 1984, o jornal se desvincula da Fundação Carlos Chagas e a jornalista Inês Castilho assume o comando. Em 1988, o *Mulherio* passa a se chamar *Nexo, Feminismo e Cultura*. Nesse último formato, o enfoque feminista começa a perder força e perde o financiamento da Fundação Ford.

Para o presente artigo, nosso interesse nesse jornal se limita à coluna *Negra* assinada por Lélia Gonzalez, em cinco ocasiões: setembro/outubro de 1981, novembro/dezembro de 1981, janeiro/fevereiro de 1982, março/abril de 1982 e maio/junho de 1982. Além da relevância de uma mulher negra fazer parte de um periódico de destaque, o papel desenvolvido por Gonzalez também é significativo, uma vez que a coluna, segundo o pesquisador José Marques de Melo (2003), é uma categoria jornalística definida como jornalismo opinativo. Isto é, trata-se de um espaço em que a voz real do redator pode ser expressa.

As cinco colunas tematizaram: 1) mulheres negras no mercado de trabalho, 2) desvalorização das mulheres e de seus trabalhos, 3) apagamento da participação da população negra, em especial das mulheres, na história do país, 4) a desvalorização da estética negra e o surgimento do Ilê Aiyê, como um espaço de liberdade, valorização estética e cultural de seus participantes, 5) a exclusão das trabalhadoras negras de todos os empregos em que possam ser vistas pelo público.

Ao mapear os temas abordados por Gonzalez, interessa-nos desvelar os contextos em que emergem essas produções e suas reverberações sociais. De saída, afirmamos que nossas investigações têm mostrado que se trata de um contexto formado por problemas sociais cuja ação coletiva do movimento de mulheres negras busca transformar em problemas públicos. Para Lélia Gonzalez, “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira [...] e sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra” (GONZALEZ, 1984, p.224), bem como sua articulação com a classe.

Assim, interessa-nos desvendar esse processo de reconfiguração e de aparição na cena pública que Lélia Gonzalez realiza, ao apontar problemas sociais, mesmo sendo parte de um grupo que não possui (simbolicamente) os requisitos necessários para se envolver com o poder (RANCIÈRE, 2004, p. 17).

Procedimentos metodológicos

Como recurso metodológico, utilizamos a noção de discurso de Fairclough (2016), para quem a mudança social se dá a partir da mudança discursiva. Isso significa que o discurso não pode ser tomado como sinônimo de texto, mas como uma forma de ação que afeta a estrutura social – ao mesmo tempo em que é afetado por ela. Essa noção foi operacionalizada por meio da Análise Crítica do Discurso (ADC), cujo foco são os problemas sociais dentro de uma perspectiva semiótica (imagens, linguagem corporal, verbal e não-verbal) e as questões políticas, sobretudo relativas a questões de poder e dominação entre grupos.

Nesse sentido, para o autor, é preciso uma aproximação tridimensional do texto analisado: a análise textual, a análise das práticas discursivas e a análise das práticas sociais. Para tanto, optamos por atrelar, então, à noção de Análise Crítica do Discurso, os conceitos de problemas sociais e problemas públicos desenvolvidos por Gusfield (1981) e apropriado, sob uma perspectiva comunicacional, por Babo-lança (2000). Segundo os autores, é um problema social tudo o que constitui um transtorno em uma sociedade em um determinado momento, em relação aos valores, às crenças, aos usos e costumes. Esse passa a ser um problema público quando adquire uma dimensão “societal”, isto é, quando se torna tema de conflitos, de controvérsia, de debate de opiniões no espaço público, requerendo ser tratado pela ação coletiva dos poderes públicos, das instituições ou dos movimentos sociais. Acreditamos que o movimento de mulheres negras faz isso, ainda que talvez não intencionalmente, quando tematizam em suas práticas comunicativas alternativas às opressões cruzadas que incidem sobre as mulheres negras e mobilizam seus pares a lutar para que tais problemas sejam reconhecidos, transformados e reduzidos.

A nosso ver, essa base teórico-metodológica é profícua por permitir uma investigação que não se restringe a análise semântica de textos, mas que alcança as três dimensões propostas por Fairclough. Diante disso, neste artigo, definimos que nossa grade analítica seguirá as quatro etapas listadas a seguir: 1) *Localização do problema social tematizado pelos discursos nos jornais*, sendo que entendemos como “um problema social tudo o que constitui problema numa sociedade num determinado momento, em relação aos valores, às crenças, aos usos e costumes” (BABO-LANÇA, 2000, p. 114); 2) *Identificação da origem do problema e a sua inserção na organização social*, que consiste em pesquisar as condições de produção, circulação e interpretação dessas mídias para evidenciar quais

obstáculos sociais existiam (e existem) para o ingresso de mulheres negras na ordem do discurso; 3) *Avaliação dos interesses da ordem social em (não) resolver o problema*, que consiste no levantamento e na verificação das ideologias hegemônicas que são combatidas, tematizadas ou questionadas e do interesse dos poderes públicos oficiais em resolver os problemas sociais; 4) *Identificação das possíveis maneiras de superar o problema social*, uma verificação se os problemas foram resolvidos e novos conceitos (opostos) foram desenvolvidos nesse processo.

Análise

Localização dos problemas sociais tematizados na coluna Negra

Encontramos cinco problemas sociais elencados por Gonzalez: 1) as desvantagens das mulheres negras no mercado de trabalho; 2) a desvalorização das mulheres negras em seus trabalhos, como forma de manutenção das classes sociais; 3) o apagamento da participação da população negra, em especial das mulheres, na história do país; 4) a desvalorização da estética negra; e 5) a exclusão das trabalhadoras negras de funções em que são vistas pelo público.

Identificação da origem do problema e sua inserção na organização social feita por Lélia Gonzalez

As colunas se encadeiam formando um círculo perfeito de contextualização da situação – estética, cultural, trabalhista, familiar e social – da mulher negra na sociedade brasileira, na década de 1980. Essa contextualização expõe também as condições de produção, de circulação e de interpretação do *Mulherio* e, dessa forma, Lélia Gonzalez mostra como os problemas sociais da época deixam ver os obstáculos para o ingresso de mulheres negras na ordem do discurso e quais elementos sociais tornaram (e tornam) esses discursos marginais ou contra-hegemônicos.

Para isso, tanto na primeira quanto na última coluna, a autora faz uma análise abrangente da situação desse grupo no mercado de trabalho, mostrando a dupla opressão que sofrem, por serem mulheres e por serem negras. Por sua vez, as três colunas que

ficam entre a primeira e a última expõem uma série de problemas sociais históricos que, dentre outras questões, resultam em sua situação trabalhista.

Figura 2. Coluna Negra assinada por Lélia Gonzalez em setembro/outubro de 1981

—Pesquisa—

MULHER NEGRA

O fato de ter havido, na última reunião da IBPC no Salvador, uma mesa redonda sobre a mulher negra, não deu origem de ter a sua importância histórica. Pela primeira vez o tema era discutido em tão grandes eventos. E lá estavam não duas negras e duas brancas, tentando apresentar um quadro da situação de desigualdade vivida por nós, mulheres negras. E sobre os seguintes pontos não conseguimos ao de uma longa reunião no sentido de se assumir como sujeito da própria luta?

O longo processo de marginalização do negro negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade branca, pelo escravismo, restringiu a liberdade de obter mais educação e respeito da população brasileira. E é por aí que se pode entender certo atraso político do movimento negro em face de outros movimentos sociais. Mas o movimento negro ou a não-comunidade desse tipo de elite tem levado muitas pessoas de "boa vontade" e até mesmo progressistas, a reproduzirem aquele julgamento tão bem caracterizado por Flávio de Azevedo: negros não se tornam responsáveis pela situação em que se encontram.

Trata-se de uma bela prática da política do avestruz ou de "estrupar" como diria Lacan que tem caracterizado este tipo de racismo essencializado de si mesmo. E que o problema racial não existe e medeia a inferioridade do negro mediante esse tipo de que acontece. E por aí que se demonstram certas semelhanças entre o movimento negro e os outros movimentos sociais.

As dificuldades do movimento negro

Não faz muito tempo, tivemos de grandes organizações, a afirmação de que o movimento de mulheres e sul-orientado e mais avançado que o movimento negro. Até que a gente não discorde, já que se trata de uma verdade. No entanto, o movimento feminista tem

Costa, além de Rosa Maria Pomar, podemos ter uma ideia objetiva do que significa ser mulher negra no nosso país.

Com os dados fornecidos pela Pesquisa de Amostra Doméstica (PNAD-1978), podemos afirmar, de um lado, a participação da mulher negra na força de trabalho (FT) e, de outro, as desigualdades socio-econômicas representadas em termos de brancas e negras.

A Mulher Negra na Força de Trabalho

Em 1978, trabalhavam 11,3 milhões de mulheres trabalhadoras, das quais 37% se encontravam entre brancas e 63% entre negras oficialmente classificadas em pretas e pardas.

A maior concentração da força de trabalho feminina ocorre nos setores de prestação de serviços, social e comércio de mercadorias (empresas domésticas, professoras, enfermeiras, balconistas) empregadas em consequência da industrialização e da modernização. Mas a maioria das mulheres negras (67%) trabalha na agricultura e na prestação de serviços. Isso significa que as atividades sociais e o comércio de mercadorias absorvem proporcionalmente as mulheres brancas (66%), para 16% de negras.

No tabelão 1 são apresentadas algumas dados sobre estratos ocupacionais que vale a pena ser expostas.

Tabela 1

Porcentagem de trabalhadores e de trabalhadoras brancas e negras por categoria ocupacional

	Total da FT	FT Branca		
		FT total	Branca	Negra
Ocupações Não Manuais	37	54	34	13
Nível superior	8	7	4	2
Nível médio	11	7	21	18
Ocupações Manuais	63	46	66	87

Como se pode ver, as mulheres trabalham proporcionalmente mais do que os homens nas ocupações não manuais. Mas dentro dessa categoria há diferenças importantes. Nas ocupações de nível superior (empregadas, administradoras, professoras de nível superior etc.) o fenômeno está presente em maior número do que as mulheres, mas esta desigualdade é maior do que aquela verificada entre as próprias mulheres, brancas e negras. Entre os profissionais de nível médio (assistentes de escritório, caixas, telegrafistas, etc.) há uma situação social com o público. Entre evidentes as dificuldades da mulher negra para ter acesso a tais ocupações. Basta lembrar das situações que existem das candidatas "bonapartes", isto é, que correspondem aos valores sociais feministas.

Ganhando menos que as brancas

Outra tabela que nos interessa é:

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 1981

De forma detalhada, em seu primeiro texto, a colunista revela dados alarmantes, como o fato de que nas ocupações de nível superior, as mulheres ganham, em média, 35% a menos que seus colegas homens, mas que a situação das mulheres negras é ainda pior pois essas ganham 48% a menos que as mulheres brancas. Ao tratar do assunto, Gonzalez explana sobre como a democracia racial é um mito que serve a interesses políticos de manutenção das classes sociais. Ela escreve:

Trata-se de uma bela prática da política do avestruz (ou de "l'atruiche", como diria Lacan) que tem caracterizado certo tipo de racismo envergonhado de si mesmo: finge que o problema racial não existe e reafirma a inferioridade do negro mediante esse papo de que somente ele é responsável pelo que lhe acontece (GONZALEZ, 1981, p.8).

A relação que ela faz entre os dois temas é extremamente arrojada para época, pois consegue identificar como a falácia de uma harmonia racial elimina a necessidade de se falar sobre qualquer desigualdade.

Em sua segunda participação no jornal *Mulherio*, intitulada *Democracia racial? Nada disso!*, ela aprofunda essa ideia e nomeia os problemas sociais do Brasil: o racismo, o sexismo e o elitismo. Ela diz:

Nossas antepassadas vieram da África para o Brasil como escravas para trabalhar nas plantações de cana, no engenhos. Nos reinos e impérios de onde vieram, as mulheres eram tratadas com grande respeito e, em muitos deles, elas até chegaram a ter participação política. [...] Quando o europeu chegou na África, nossas antepassadas foram arrancadas do convívio de seus filhos, de suas famílias, de seus povos e transformadas em mercadorias, vendidas por bons preço para trabalharem até o fim de seus dias numa terra absolutamente desconhecida. As que não morriam navios-negreiros, ao chegarem aqui eram dirigidas para dois tipos de atividades: a escrava de eito, trabalhava nas plantações, e a mucama, na casa grande. Tanto uma como outra nada mais foram do que as avós das trabalhadoras rurais e da doméstica de hoje. Enquanto a escrava de eito foi utilizada para, como seu trabalho, enriquecer o senhores escravistas e fortalecer o sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer (GONZALEZ, 1981, p. 3).

Isto é, para Lélia, a origem desses problemas está na forma como as mulheres negras têm seus trabalhos e funções desvalorizados, desde quando eram escravizadas. O pensamento é encadeado na próxima coluna ao mostrar como as mulheres negras são invisibilizadas de forma contínua se não estão na posição de distrair os outros com seus corpos. Em suas palavras:

toda atividade que signifique lidar com o público “seleto” exclui a trabalhadora negra, a começar pelas atividades de babá, copeira, na área do serviço doméstico. No entanto, se o negócio é ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, não há problema se a empregada for negra (1981, p. 9).

A todo o momento, ela mostra o jogo de (in)visibilidades que subalterniza o lugar social das mulheres negras. Em sua penúltima participação, a colunista começa a fechar o ciclo de problemas sociais mostrando como a estética negra – e, portanto, a negritude como um todo – só é plenamente aceita em comunidades de sujeitos negros. Para tanto, ela conta sobre o surgimento do Ilê Aiyê. O texto trata a alegria de uma comunidade que criou um espaço para os seus pares, onde pessoas negras podiam exhibir, e exibiam, sua estética de forma natural, sem precisarem de subterfúgios ou sem serem sexualizadas.

Figura 3. Coluna Negra assinada por Lélia Gonzalez em março/abril de 1982



Fonte: Fundação Carlos Chagas, 1982

Todo a *identificação da origem dos problemas sociais e suas inserções na organização social* pode ser resumido nas palavras de Gonzalez, ainda na primeira edição de sua coluna: “o longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo relegou-nos [mulheres negras] a condição de setor mais oprimido e explorado da população brasileira” (GONZALEZ, 1981, p.7).

Avaliação de Gonzalez se houve interesse da ordem social em (não) resolver o problema

A colunista, em seus cinco textos, evidencia que não existe interesse da sociedade e dos poderes públicos oficiais em resolver os problemas que ela lista. Pelo contrário, as reações da sociedade e do poder público às dinâmicas sociais das condutas discriminatórias são como uma bela prática da política do avestruz (...) que tem caracterizado certo tipo de racismo envergonhado de si mesmo (GONZALEZ, 1981, p. 8)

Vale ressaltar que o que constitui um problema pode variar de forma histórica “em função da sensibilidade moral, dos valores ético e jurídicos, das regras sociais, das normas do direito, dos usos e costumes, da concepção que os cidadãos têm de si próprios e dos

seus direitos fundamentais” (BABO-LANÇA, 2007, p.51). Os levantados por Gonzalez persistem até os dias atuais.

Para se ter uma ideia, comparemos uma pesquisa divulgada no início de 2016 pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aos dados que Lélia Gonzalez apresentou em sua primeira coluna, e que trouxemos na primeira seção. A pesquisa de 2016 constatou que as trabalhadoras negras são mais suscetíveis ao desemprego e em relação a precarização das atividades desenvolvidas, elas se destacam ocupando 39,08% do total. Ao analisar a remuneração, os dados não melhoram o cenário, as mulheres negras possuem menor remuneração e o maior contingente atividades reconhecidas como autônomas.

Figura 4. Coluna Negra assinada por Lélia Gonzalez em maio/junho de 1982



Fonte: Fundação Carlos Chagas, 1982

Voltando ao *Mulherio* e à avaliação de Gonzalez se houve interesse da ordem social em (não) resolver o problema, em todos os seus textos ela mostra como o racismo e as práticas discriminatórias contra as mulheres negras funcionam de forma cultural, isto é, o

racismo interseccionado com o sexismo e o elitismo está tão inserido na sociedade que é visto como moralmente aceitável e natural, de tal forma que não há o que se resolver.

Identificação das possíveis maneiras de superar os problemas sociais

A colunista vê um caminho de superação na mobilização de movimentos sociais, o que pode ser exemplificada pela seguinte passagem:

Que se pense, a partir daí, nos obstáculos a serem superados pelo movimento negro e, sobretudo, por um movimento de mulheres negras (que já existe), já que os efeitos da desigualdade racial são muitos mais contundentes que os da desigualdade sexual. Em consequência, ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está (GONZALEZ, 1981, p.8).

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007), para que exista emancipação social é preciso que exista desconstrução dos valores hegemônicos e eurocêntricos da sociedade contemporânea, a partir do desenvolvimento de conceitos contra-hegemônicos, não apenas a indicação de possibilidade de superação. Seguindo essa lógica, podemos constatar que houve sim o desenvolvimento de um novo conceito que se sobressai em todas as cinco colunas: as múltiplas opressões que incidem sobre as mulheres negras, o que posteriormente ficou conhecido como interseccionalidade.

Evidenciar a interseccionalidade é, talvez, um dos maiores legados dessa intelectual. O conceito é um importante mobilizador por conseguir mostrar como o caminho para a superação não tem a ver apenas com um problema público, mas com os vários que atuam de forma interligada e, portanto, exige uma ação em várias frentes: valorização estética, valorização dos trabalhos domésticos, abertura do mercado de trabalho formal, publicização da participação da população negra na construção da história do país e equiparação salarial.

Figura 5. Coluna Negra assinada por Lélia Gonzalez em novembro/dezembro de 1981



Fonte: Fundação Carlos Chagas, 1981

Considerações finais

Nosso objetivo foi analisar e desvendar o processo de reconfiguração e de aparição na cena pública que a intelectual Lélia Gonzalez realiza, ao tematizar problemas sociais, mesmo sendo parte de um grupo que não possui (simbolicamente) os requisitos necessários para envolver com o poder (RANCIÈRE, 2004, p. 17). Observamos que ela organizou suas colunas com a finalidade de apresentar a situação social das mulheres negras e estimular ações de enfrentamento a diversos problemas que as colocam em um lugar inferior socialmente. Para isso, ela divulgou informações sobre o lugar desses sujeitos no mercado de trabalho formal e informal, além das causas e consequências do formato desse mercado. Isto é, ela expôs o racismo e o sexismo vigente na ordem social.

Contudo, o mais importante é que ela empreendeu essa tarefa por meio de diferentes registros das vidas das mulheres negras, o que permitiu uma visão mais global sobre o que é ser mulher e ser negra na sociedade brasileira. Distanciando e combinando estética, papéis sociais, dados, formalidade e coloquialidade em suas colunas, Gonzalez destacou o modo como as opressões cruzadas afetam a existência das mulheres negras. Filiamo-nos no entendimento de política de Rancière, para quem política são “modos de subjetivação” (RANCIÈRE, 1996, p. 47). Compreendemos a subjetivação como um grupo de

ações que resulta em uma instância e uma “capacidade de enunciação que reconfiguram o campo da experiência, transformando a repartição de papéis, funções e lugares dos sujeitos e das visões de mundo em litígio” (CAL, 2013, p. 32).

Nesse sentido, consideramos que as *práticas comunicativas alternativas* produzidas pelo movimento de mulheres negras, em especial por Lélia Gonzalez, as quais analisamos aqui, são pontes de acesso à cena pública e, portanto, de tomada da palavra e construção de autonomia. Para Rego e Pinzani (2013, p. 33), a “autonomia pressupõe um sujeito capaz de se afirmar perante o outro como ator apto a fundamentar verbalmente suas ações, intenções, desejos e necessidades”. Ou seja, além da capacidade de argumentação articulada, os sujeitos autônomos também desenvolvem uma criticidade em relação a si, às suas próprias atitudes e quanto às posturas de outros indivíduos (WARREN, 2001 *apud* COELHO, 2015, p.164).

Para Rancière a emancipação é o processo de constituição de uma voz política que cria um hiato entre o corpo e suas habilidades laborais, além de uma construção de um olhar crítico sobre a situação vivida. Quando Lélia Gonzalez, enquanto mulher negra, impõe a própria presença como uma sujeita que deve ser contada, ela promove uma modificação na cena do lugar social de seus pares, que passou a ser construída a partir das observações, das experiências e dos sentimentos dela. A coluna analisada é um vestígio desse processo maior de subjetivação política. Por meio do ato de escrever, Gonzalez participa da reconfiguração da ordem do sensível e manifesta sua capacidade para ingressar na ordem do discurso.

Referências

BABO-LANÇA, I. A construção dos problemas públicos. Elementos para uma análise do caso Timor. *Antropológicas*. v. 15, n. 4, p. 113-130, 2000.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*. N. 02, 1995, p. 458-463

CAL, D. G. R. Comunicação e Subjetivação Política: o caso do trabalho infantil doméstico. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 15, n. 1, p. 24-33, 2013.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Racismos contemporâneos*. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003.

COÊLHO, T. F. Usos e apropriações do Facebook no sertão do Piauí e possibilidades de autonomia da mulher sertaneja. In: MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. (org.), **Teorias da comunicação: processos, desafios e limites**. São Paulo: Editora Plêiade, 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FRANÇA, V. R.V. QUÉRÉ, L.: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteiras, estudos midiáticos**, São Leopoldo-RS, v. V, n. 2, p. 37-51, dez. 2003.

FRANÇA, V. V. "Contribuições de G.H. Mead para pensar a comunicação". In: **Anais do XVI Encontro Anual da Compós**. Curitiba: UTP, 2007.

GONZALEZ, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, L; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. São Paulo: Marco Zero, 1982

MARQUES, A. 2010. Interrelações entre estética e política: o papel das emoções, da experiência e da narrativa ficcional. In: **ENCONTRO DA COMPÓS**, XIX, Rio de Janeiro, 2010. Anais... Rio de Janeiro, PUC-Rio. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt8_angela_marques.pdf. Acessado em: 10/04/2020

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados: reelaborações no setor. **Palavra chave**, v. 11, n. 2, p. 13, 2008.

QUÉRÉ, L. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula. **O modelo praxiológico da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RATTS, A.; RIOS, F. *Lélia Gonzalez*. 1ª. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REGO, W. D. L.; PINZANI, A **Liberdade, Dinheiro e Autonomia: O caso da Bolsa Família**. In **Revista de Ciências Sociais**, 38, Abril de 2013, pp. 21-42.

RANCIÈRE, J. 2004. **Aux bords du politique**. Paris, Gallimard, 260 p.

RESENDE, V. M.; V, RAMALHO. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas. Implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, 5 (2), 2004: 185-208.

LEMOS, R. O. **Feminismo Negro em Construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. 1997. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ. Departamento de Psicologia.

SANTOS, B. S. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. Tradução de Mouzar Benetido. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 84

Como citar este artigo

SILVA, Pâmela Guimarães da. Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no Jornal “Mulherio”. **Revista Dispositiva**. [on-line] Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva>> Editor Responsável: Conrado Moreira Mendes. Volume 9, Número 15, Belo Horizonte, julho de 2020, p. 194-214. Acesso em “dia/mês/ano”.

Texto recebido em: 09/03/2020

Texto aprovado em: 20/04/2020